

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**CRISE OLIGÁRQUICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1924 –1930)**



Marcos Tavares da Fonseca

Natal, 2002. 1

MARCOS TAVARES DA FONSECA



**CRISE OLIGÁRQUICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1924 –1930)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Zoroastro R. Cardoso.

Natal, 2002.

→  
“(...) Há algumas décadas, o capital explorava o trabalho para se desenvolver. Hoje dispensa o trabalho vivo para poder se desenvolver ainda mais. Estamos avançados nesse caminho da empresa sem trabalhador, da economia sem empregos, de consumidor sem renda.

Nada parece deter esse rumo em direção ao grande apartheid global, onde uma minoria detém cada vez mais poder e riqueza e uma crescente maioria é excluída e jogada na indigência mais cruel de todos os tempos.

Os miseráveis de hoje vivem ao lado da riqueza absoluta sem nenhuma chance ou proposta de reversão desse quadro. (...)

A sociedade moderna ainda tem a chance de mudar rumo desse Titanic, mas o tempo é curto. Essa obra é essencialmente política e deveria acontecer antes que a bomba social seja detonada por todas as partes, destruindo o que ainda resta de humanidade entre nós.”

(SOUZA, Herbert de. A miséria do capitalismo global. In: *Folha de São Paulo*, 8/10/1996.)

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha família e minha noiva pelo apoio e carinho.

Ao professor Zoroastro R. Cardoso, nosso orientador, por ter acreditado em nosso trabalho e ter ajudado a desenvolvê-lo.

A todos os professores do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ter nos ajudado quando precisamos.

Aos amigos e colegas de curso, especialmente José Edson da Silva.

Aos colegas de trabalho pela compreensão e ajuda ao longo do percurso acadêmico.

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	02
<b>2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OLIGARQUIA</b>	
2.1 - Conceito de <u>Oligarquia</u> .....	05
2.2 - A fase oligárquica no Brasil.....	07
<b>3 - ESTRUTURA OLIGÁRQUICA REGIONAL</b>	
3.1 - O quadro político, econômico e social oligárquico.....	11
3.2 - Estrutura oligárquica nordestina .....	18
<b>4 - OLIGARQUIAS NO RIO GRANDE DO NORTE</b>	
4.1 - Estrutura oligárquica no Rio Grande do Norte.....	24
4.2 - Transferência do poder oligárquico no Rio Grande do Norte.....	27
? 4.3 - O <u>fim</u> do <u>ciclo</u> oligárquico da República Velha no Rio Grande do Norte.....	30
<b>5 - CONCLUSÃO</b> .....	34
<b>6 - BIBLIOGRAFIA</b>	
6.1 - Fontes.....	37
6.2 - Bibliografia.....	37
<b>7 - ANEXOS</b>	

## 1 - INTRODUÇÃO

A república oligárquica no Brasil representou um domínio político de mais de três décadas, onde a relação do latifúndio agro-exportador com o poder político pautou as diretrizes locais, regionais e nacionais.

Numa constante real o estado de bases agrícolas, com sede no latifúndio e nas práticas coronelísticas carregava uma divisão social onde os chefes das oligarquias agrárias ocupavam o posto mais alto seguido de grupos ligados ao comércio e de poucos industriais que se constituíam na elite dominante política e economicamente.<sup>1</sup>

No campo econômico se processou uma reestruturação das práticas de produção do café no oeste paulista.

Mudanças ocuparam o ambiente republicano tais como: a estruturação de um mercado consumidor e o fim da escravidão e sua substituição pela mão-de-obra livre assalariada que funcionavam como base para o capitalismo industrial.

Houve o acesso ao voto de um maior contingente populacional e, paralelamente, houve também um aumento demográfico fruto das novas possibilidades sociais do Brasil republicano.

Surgiram novas lideranças políticas e grupos, anteriormente de fora do direcionamento das províncias, passam a liderar os Estados. O grupo Albuquerque Maranhão foi uma dessas novas oligarquias que, como em outras partes do país, se solidificou hegemonicamente no Rio Grande do Norte.

A liderança dos Albuquerque Maranhão se dará até a metade da década de 1920, compondo um quadro oligárquico agro-exportador conservador baseado economicamente na produção açucareira e salineira até ser substituída pela oligarquia Bezerra de Medeiros, baseada no surto cotonicultor vigente.

Tendo por objetivo avaliar a relação entre latifúndio, coronelismo, produção agro-exportadora, manutenção do poder e crise oligárquica, especialmente a substituição oligárquica no Rio Grande do Norte da década de 20, utilizaremos a idéia de Mariz que trata da substituição da oligarquia Albuquerque Maranhão pela Bezerra de Medeiros que, ligada à fase de grande desenvolvimento da cultura algodoeira, passou a liderar o Partido

<sup>1</sup> MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. p. 40.

Republicano no Estado e, como consequência, transferindo o eixo político-econômico do litoral do estado para o sertão seridoense.<sup>2</sup>

Tendo em vista a mudança política no Rio Grande do Norte com a ascensão da oligarquia Bezerra de Medeiros e a saída do grupo Albuquerque Maranhão do quadro estadual e, inclusive, nacional, analisamos a evolução política no Estado na década de 1920 e sua ligação com a economia em função do desempenho da cotonicultura.

O período estudado compreende, pelo menos a parte mais importante, aos anos 1920, pois, tal década é caracterizada pela instabilidade que se abateu nas economias capitalistas dos países industrializados, refletindo na política nacional, gerando trocas nas lideranças do poder estadual e nacional fruto da crise oligárquica do momento.

A intenção de se fazer um estudo bibliográfico sobre o tema escolhido deveu-se a percepção de como este tema é valorizado pela historiografia clássica norterio-grandense e nacional, significando a busca para explicações políticas, econômicas e sociais para as mudanças no poder que ocorreram no Rio Grande do Norte.

A nossa pesquisa baseou-se na idéia de inserir-se no esforço renovador, considerando que, para tanto, é necessária uma avaliação crítica do que foi produzido por nossos historiadores a cerca do assunto.

A pertinência de uma análise bibliográfica em obras clássicas que retratam não só nossa história, mas também a do Brasil é justificada pela necessidade de constante interpretação dos fatos históricos que envolvem o Rio Grande do Norte, visto que, a busca de novas interpretações, análises bibliográficas e estudos historiográficos fazem parte de uma história atuante.

A base bibliográfica que fundamenta nossa pesquisa está ligada a abordagem da oligarquia, suas bases e sua crise a nível nacional e regional na década de 1920. São muitos os autores que tratam do tema oligarquia como Marlene da Silva Mariz, Manuel Correia de Andrade, José Antônio Spinelli, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

Esperamos poder contribuir com este trabalho, dentro do esforço renovado da historiografia do Rio Grande do Norte, estabelecendo um quadro analítico a respeito das oligarquias, especialmente no Rio Grande do Norte, reflexo de um período onde as diretrizes da política nacional estavam nas mãos do fenômeno oligárquico.

Por se tratar de um estudo bibliográfico, nosso trabalho tem como base principal a bibliografia pertinente. Neste sentido as etapas de nosso estudo se dividirão em

---

<sup>2</sup> Ibid., p. 48.

uma leitura analítica e fichamento das fontes bibliográficas a nível de Brasil, a nível regional e estadual.

Este estudo está dividido em três capítulos. O primeiro resgata as considerações gerais sobre oligarquia vistas em seu conceito e na fase oligárquica no Brasil.

O segundo capítulo trata do quadro político, econômico e social oligárquico e da estrutura oligárquica regional nordestina. O terceiro capítulo trata da estrutura oligárquica, da transferência do poder oligárquico e da crise oligárquica no Rio Grande do Norte.

apresentação dos capítulos  
sucinta demais

conclusões  
abruptas.

## 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OLIGARQUIA

*"Aliás, é no ventre do coronelismo que se gestam as oligarquias, vez que, ambos os sistemas têm a mesma base comum: a estrutura fundiária. A diferença fundamental entre o coronel e um oligarca é da extensão do poder e não do seu conteúdo. Na prática se desenvolvem numa relação simbiótica bastante evidente".<sup>3</sup>*

### 2.1 - Conceito de Oligarquia

O termo *oligarquia* "serve para designar os grupos dominantes locais (estaduais) que fazem uso do seu predomínio econômico para controlar o nível político".<sup>4</sup> Mais especificamente, o termo *oligarquia* determina grupos de base latifundiária, burguesa, que monopolizam o poder local de uma região através da política, controlando os cargos públicos nas Câmaras legislativas municipais e prefeituras, Câmaras estaduais e Governos estaduais, chegando até, como no caso das oligarquias do café-com-leite, à presidência da República.

Fazendo uso de toda estrutura pertencente à máquina pública em todos os aspectos, os grupos regionais oligárquicos faziam o controle do acesso político dos adversários através da Comissão Verificadora de Poderes, órgão ligado ao Presidente da República, que permitia a *degola*, comum nas instâncias legislativas da República Velha, comprometida com o situacionismo e que exercia o poder de veto aos candidatos eleitos pela oposição<sup>5</sup>.

O eleitor completamente analfabeto, ou quase sem assistência médica, não tomando conhecimento dos fatos cotidianos de sua região ou do país, a não ser em casos esporádicos, tinha o patrão como benfeitor e era dele, na verdade, que recebia os únicos

<sup>3</sup> SUASSUNA, Luís Eduardo Brandão, MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. p. 120.

<sup>4</sup> MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. p. 74.

<sup>5</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana*. p. 30.

favores que sua obscura existência conhecia. No plano político lutava com o *coronel*<sup>6</sup> e pelo coronel. Eram os votos de cabresto, que resultavam, em grande parte, da nossa organização econômica<sup>7</sup> e que permitiam ao oligarca ou – no aspecto mais local, porém, base de sustentação da estruturação oligárquica – ao coronel ter nas mãos as diretrizes políticas locais, já que o eleitor, submetido ao *voto aberto*<sup>8</sup>, tinha seu posicionamento político revelado.

O eleitor se caracterizava por ser um homem simples, de condição de vida precária, submetido ao mandonismo<sup>9</sup> local, ou seja, sujeito às imposições do senhor oligarca.

Juntava-se ao controle do voto e finalizava esse processo de controle da máquina política o mecanismo do controle das leis que se dava através do Poder Legislativo mediante leis que facilitavam o mecanismo de controle da oposição, e adversários político-partidários.

Deve-se levar em conta, também, que havia todo um aparato constitucional usado como um dos meios para legitimar o poder oligárquico no Brasil, antes submetido a uma obscura participação no processo político nacional. Mas a Constituição de 1891 passa a permitir a participação política de tal poder, pois “*ao instituir o regime representativo democrático, a legislação republicana permitiu a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado*”<sup>10</sup>. O poder oligárquico possuía sua base política justamente na maior parte desse contingente eleitoral, o eleitor passivo de submissão pelo poder local.

Na República Velha o poder oligárquico caminhou para seu apogeu. Também o Poder Central criou e reafirmou mecanismos políticos, como o controle das leis. De local o poder oligárquico estende sua ação política para o poder estadual e nacional:

<sup>6</sup> “Quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de coronel, porque outrora ele era com frequência coronel da Guarda Nacional”. [QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Bóris. (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. p. 157.

<sup>7</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. p. 44.

<sup>8</sup> Voto aberto era o voto conhecido pelos mesários antes de ser depositado na urna pelo eleitor.

<sup>9</sup> Característica do sistema coronelista junto com o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais. [LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo, enxada e voto*. p. 43.]

<sup>10</sup> MARIZ, SUASSUNA. *Op. cit.*, p. 122.

*“Passa a vigorar a disputa presidencial pelos estados mais prósperos e populosos, a interdependência do político com o econômico e a Política dos Governadores que foi a mola mestra para a consolidação das oligarquias nos estados”<sup>11</sup>.*

Essa forma de funcionamento do poder oligárquico estabelecido no Brasil nas primeiras décadas do século XX duraria até a Revolução de 1930 e o Estado Novo, quando se adota e se executa uma política governamental de centralização do poder.



## 2.2 - A fase oligárquica no Brasil

*“O movimento da sociedade na República Velha tem seu ponto de partida na constituição de uma burguesia agrária – o antigo baronato brasileiro – e seu limite na metamorfose daquela classe em seu contrário, que termina por constituir-se numa oligarquia antiburguesa.”<sup>12</sup>*

Desde o 15 de novembro de 1889, os oligarcas se empenhavam em implantar um modelo republicano que garantisse autonomia aos estados, o que se chocava com os interesses militares da ditadura positivista contrária a esse tipo de controle.

O povo assistia tal disputa como meros espectadores desprovidos do ato do voto, pois a relação elite dominante e controle do mecanismo eleitoral remetiam à idéia de não permitir à massa a participação no processo de mudança, o que expõe o caráter elitista de tal processo.

*“Apesar de ter acabado com o voto censitário, a grande maioria da população foi mantida afastada do processo político, pois a constituição proibia os analfabetos, as mulheres, os membros regulares de ordens religiosas, os*

<sup>11</sup> Ibid., p. 122.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A emergência do modo de produção de mercadorias*. p. 407.

*praças militares de votar. Dessa forma, aproximadamente 95% da população ficou excluída das eleições*<sup>13</sup>.

A fase oligárquica da política no Brasil teve início a partir de 1894 com a dominação político-econômica das oligarquias rurais estaduais e com a passagem da República da Espada para a República Oligárquica civil e se estendeu até 1930, quando a Revolução retomou o processo de centralização do poder político.

O fortalecimento das oligarquias rurais estaduais se deve, em grande parte, a autonomia dada aos estados com a Constituição republicana de 1891. Deve-se observar com a consolidação da dita constituição o fortalecimento das oligarquias do café, representadas pelo PRP (Partido Republicano Paulista), e do leite, representado pelo PRM (Partido Republicano Mineiro) e pela oligarquia gaúcha, que se destacaram como os grupos oligárquicos de maior influência nacional. As duas primeiras oligarquias – do café (paulista) e do leite (mineira) – se revezaram no poder até a Revolução de 1930<sup>14</sup>.

Observa-se que, mesmo ou talvez por causa desse grande controle de poder das oligarquias nos estados, não havia uma harmonia oligárquica ou um bloco coeso, monolítico. No interior dos estados, oligarquias rivais lutavam entre si pelo poder. Deputados e senadores que perdiam seus cargos no estado passavam a fazer oposição ao Governo Federal, o que gerava instabilidade política e crise de governabilidade.

Na busca de modificar essa situação, onde o poder político se caracterizava por uma descentralização localista, no ano de 1900 o presidente Campos Sales criou um artifício político visando um maior controle sobre os estados:

*“Foi instituído um pacto intra e inter-oligárquico, conhecido como Política dos Governadores. Por esse pacto, as oligarquias estaduais davam total apoio ao governo federal, e este, em troca, comprometer-se-ia a não intervir nos estados, deixando as oligarquias governá-los como lhes conviesse”*<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, ALBUQUERQUE, José Geraldo de. *Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte*. p. 85.

<sup>14</sup> Ibid., p. 85.

<sup>15</sup> Ibid.

Como se vê, tratava-se de um acordo entre os governantes dos estados e o Governo Federal na forma de uma barganha política, na qual os grupos políticos que governassem os estados se comprometiam a dar apoio ilimitado ao representante federal. Desta forma pode-se dizer que a consolidação do poder das oligarquias locais, regionais e, até mesmo, nacionais inicia-se no governo Campos Sales.

Outra parte dessa barganha política era o fato de que o Governo Federal só permitia a vitória de deputados pertencentes a grupos ligados à oligarquia estadual, com impedimento da posse dos eleitos pelos partidos de oposição. Essa forma de controle do Legislativo fazia com que os grupos oposicionistas perdessem qualquer possibilidade de acesso a cargos eletivos, mesmo após eleições em que saíssem vitoriosos. Esta situação forçou muitos desses oposicionistas a uma migração partidária para a situação.

Imagina-se que, com a Política dos Governadores, o que ocorreu foi à consolidação oligárquica, visto que a ajuda mútua entre as duas partes envolvidas significou mais poder para a oligarquia municipal ou local. Na verdade o que ocorreu foi a consolidação da restrição desse localismo do poder político oligárquico que cada vez mais propicia ao Governo Central manter-se senhor da situação política vigente.

Completava esse quadro de trocas de favores o mecanismo da *degola* na Comissão Verificadora de Poderes que detinha o acesso político da oposição, não permitindo a posse de deputados eleitos legitimamente pelo voto; dessa forma, alguns oposicionistas findavam aderindo à situação para usufruir também das benesses do poder.

O método do controle oligárquico era simples e eficaz. O latifundiário controlava o voto usando o mecanismo da votação aberta e conquistava esse voto com presentes, como pagar a escola do filho de um eleitor, ou, em muitos casos, com o uso da violência física. Completava esse processo o controle das leis através da Comissão Verificadora de poderes que garantia ao Presidente da República o direito de preterir os candidatos da oposição. Obviamente a Comissão Verificadora de Poderes qualificava diplomáveis apenas aqueles que o governo assim apontasse. Sobrava aos outros candidatos de partidos opostos ficar de fora das relações políticas estaduais.

Era encargo da Comissão Verificadora de Poderes, também, observar qualquer mecanismo político que pudesse por em perigo o pleito eleitoral em favor dos oligarcas, bem como, diplomar os candidatos eleitos. Dessa forma o processo oligárquico e sua relação com o poder federal impediu durante o período de sua atuação o que existe de

mais importante num regime que se diz republicano que é a “rotatividade do poder”<sup>16</sup> no âmbito democrático.

Essa forma de relação política entre o Governo Central e os governos estaduais começou a entrar em crise na década de 20 com a pressão política do movimento tenentista. A famosa crise oligárquica dos fins da República Oligárquica decorre da ascensão de forças emergentes, sobretudo urbanas e industriais, que tinham interesses divergentes das oligarquias tradicionais. A crise dessas oligarquias abre caminho para ascensão dessas forças emergentes através do processo que culmina na Revolução de 1930 e tem seu auge na centralização do poder no Estado Novo.



---

<sup>16</sup> Ibid.

### 3 - ESTRUTURA OLIGÁRQUICA REGIONAL

#### 3.1 - O quadro político, econômico e social oligárquico

*"O primeiro período republicano no Brasil (1889-1930) é comumente designado por historiadores, cientistas políticos e outros cientistas sociais como um período dominado por um estado oligárquico".<sup>17</sup>*

O quadro econômico do Brasil oligárquico era complexo. Relacionando as mudanças trazidas pelo capitalismo desde a substituição do Sistema Colonial, vê-se que, mesmo assim, o Brasil ainda apresentava um quadro basicamente agro-exportador no início do século XX. As oligarquias rurais constituíam a classe dominante que se utilizava do Estado Republicano para atender seus interesses sob o elevado custo da dependência externa:

*"O Brasil do início do regime republicano até 1930 refletia os interesses da classe dominante agro-exportadora (que abastecia de produtos primários os países capitalistas centrais) e era particularmente dependente da demanda externa, para a sua expansão e desenvolvimento"<sup>18</sup>.*

A mudança do eixo econômico para o sul com a ascensão da economia cafeeira e crise da economia do Norte agrário altera a correlação de forças na esfera política e na vida pública nacional. O que se observa é que, apesar da troca de influência econômica e política onde a influência dos produtores de açúcar foi substituída gradativamente na vida pública pelos produtores de café de São Paulo e Minas Gerais no momento em que o Brasil tornara-se quase detentor do monopólio externo deste produto<sup>19</sup>,

<sup>17</sup> SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia Potiguar*. p. 07.

<sup>18</sup> MARIZ. *Op. cit.*, p.15.

<sup>19</sup> *Ibid.*

a base de sustentação oligárquica ainda estava na área rural intimamente ligada a sua base real, o latifúndio.

Esse quadro econômico ligava-se à política, visto que era a elite oligárquica agro-exportadora que detinha o poder local, estadual regional e até nacional. A oligarquia cafeeira paulista representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e a oligarquia leiteira mineira representada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) se revezaram no poder em âmbito nacional como consequência da ausência de um partido centralizador também nacional.

*“O sistema político implantado com o regime republicano contém uma íntima relação do processo produtivo nacional com o mercado mundial, o que de acordo com o caráter cíclico da economia brasileira desloca o pólo dinâmico conforme o vento da demanda internacional, evidenciando as diferenças regionais que se expressam pelos constantes conflitos entre as classes dominantes em disputa pelo poder”<sup>20</sup>.*

O vento da demanda internacional soprou firme a favor das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais.

Com a transferência do eixo econômico do Nordeste açucareiro e algodoeiro para o Sudeste cafeeiro, o Brasil se vê preso a uma realidade onde o crescimento econômico promove a desigualdade em âmbito regional.

*“Nos países subdesenvolvidos o problema dos desníveis de desenvolvimento regional tem origem bem diversa e apresenta características próprias em cada um deles. Geralmente nesses países as áreas especializadas em produtos de exportação, em consequência do investimento de capitais estrangeiros, crescem economicamente, nos setores atingidos por esses capitais estrangeiros, atraem habitantes, obtêm elevada renda *per capita* e se distanciam das áreas dedicadas a outras atividades econômicas, sobretudo de subsistência”<sup>21</sup>.*

<sup>20</sup> Ibid., p. 15.

<sup>21</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. p. 51.

O que ocorre é que, com a desigualdade econômica regional, geralmente há a gestação de uma desigualdade social e, no nosso caso específico, ocorreu o surgimento de uma das características principais da estrutura coronelística<sup>22</sup> e, paralelamente, oligárquica que foi o mandonismo local baseado no controle político, econômico e social, submetendo o homem rural brasileiro.

Destacadamente, é da subsistência que o homem rural brasileiro preso à terra retira seu sustento diário. Dessa forma, o oligarca, o homem teoricamente rico, “*gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; (...) que corteja bancos e demais credores para poder prosseguir em suas atividades lucrativas*”<sup>23</sup>, tem aberto o caminho da dominação do poder social – poderes econômico, político e ideológico –, poder do homem sobre o homem e, mais especificamente no âmbito político, o poder do controle do voto, base maior de sustentação oligárquica.

Esse predomínio da propriedade agrária e, automaticamente, da atividade basicamente agrária (ver tabela 1) influenciou destacadamente a política brasileira na República Oligárquica.

Tabela 1

<b>POPULAÇÃO BRASILEIRA EM ATIVIDADE 1920</b>		
<b>Setor Econômico</b>	<b>Milhões</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Agricultura</b>	<b>6,3</b>	<b>69,7%</b>
<b>Indústria</b>	<b>1,2</b>	<b>13,8%</b>
<b>Serviços</b>	<b>1,5</b>	<b>16,5%</b>
<b>Total</b>	<b>9,0</b>	<b>100%</b>

FONTE: CENSO Geral 1920

O predomínio da economia agropastoril durante a República Oligárquica possuía como elemento estrutural fundamental o latifúndio, base do poder local de cafeicultores paulistas e pecuaristas mineiros.

<sup>22</sup> Observe que: “*O coronelismo é então, a forma assumida pelo mandonismo local*”. [QUEIROZ. Op. cit., p. 160.]

<sup>23</sup> LEAL. Op. cit., p. 43.]

*"A importância econômica do café e a dominação na política brasileira dos políticos de São Paulo e de Minas Gerais, durante a chamada República Velha (1889-1930), quando os dois Estados associados na política chamada 'café com leite' deram oito<sup>24</sup> dos treze presidentes da República"<sup>25</sup>.*

Essa base do poder oligárquico brasileiro esteve ameaçada por sucessivos governos federais como o de Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz, na década de 1910, esse último ligado à indústria, quando se vislumbrava uma política industrial. Mesmo assim, o latifúndio se manteve como pilar do mandonismo local no Brasil até a década de 1930.

É importante ressaltar que o modelo político oligárquico, econômico e social do Brasil, especificamente no período da segunda metade da década de 1910 e na década de 1920, sofria e resistia a ataques constantes com as inserções do capitalismo industrial, fortalecido com a Primeira Guerra Mundial e com a ideologia liberal burguesa, contrários às estruturas arcaicas de relações econômicas do dito modelo político-econômico vigente, bem como com as crises estruturais do modelo capitalista mercantilista.

*"As crises cíclicas do capitalismo refletiam-se, naturalmente, nas estruturas econômicas dependentes, comprometendo ou retardando a acumulação interna e contribuindo, assim, indiretamente, para prolongar a vigência de relações pré-capitalistas e, conseqüentemente, a vigência das estruturas políticas oligárquicas"<sup>26</sup>.*

Na década de 1920 o fortalecimento da classe burguesa ligada à indústria toma corpo no Brasil, ameaçando estrutura oligárquica, especificamente a cafeeira.

<sup>24</sup> Cf. no anexo.

<sup>25</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 88.

<sup>26</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A coluna Prestes*. p. 14.

Sucessivas crises na economia cafeeira e o uso da máquina pública federal para a valorização<sup>27</sup> do café levaram o sistema oligárquico a uma crise. Nem a oligarquia majoritária do café nem as outras oligarquias, algumas dissidentes, ligadas à atividade agro-exportadora a exemplo das oligarquias agro-exportadoras do açúcar e do algodão estavam seguras, pois havia cisão no seio das oligarquias. O segundo grupo de oligarquias citado pendia para alianças com outros setores da burguesia, a exemplo da burguesia industrial<sup>28</sup>. Todo esse quadro, na prática política, tem suas bases no aspecto econômico da:

*“Desvalorização monetária, o encarecimento da vida, ao mesmo tempo em que entrava em crise a produção cafeeira. (...) Enquanto a indústria se expandia, as forças econômicas se deslocavam. Daí os efeitos na ordem política: o antigo equilíbrio, obtido nos primeiros anos do século, e conservado até então, vai se desfazer e o sistema deixará de funcionar normalmente, como dantes, e aparecem as primeiras grandes dificuldades<sup>29</sup>”.*

A burguesia industrial começou – no mesmo momento em que a estrutura mantenedora da economia agro-exportadora combalia – a buscar o espaço político necessário à representação e defesa de seus interesses. A necessidade de produção e reposição de manufaturados inflacionados com o uso do capital estatal para cobrir os prejuízos com o café fazia desse grupo um dos que mais lutavam por uma participação política nas diretrizes nacionais, pois, apesar de possuir grande inserção na vida econômica, social e cultural nacional,

*“As leis, em geral, estabeleciam que não poderiam ser votados os cidadãos que tivessem empresas ou subvenções do Estado. (...) Progressivamente foram evoluindo de proibição de candidatura, passando por obrigação de renúncia, até o*

<sup>27</sup> “No início do mês de fevereiro de 1906, a grande burguesia cafeeira, reunida em Taubaté (Estado de São Paulo), definiu os fundamentos de uma nova política de defesa do café. [SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. p. 66.]

<sup>28</sup> “A principal fração da burguesia industrial, brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do século XIX e início do século XX e trabalha como importador. Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente”. [Ibid., p. 96-97.]

<sup>29</sup> SODRÉ. Op. cit., p. 24-25.

*impedimento de exercício do mandato. (...) Os oligarcas serviram-se da legislação eleitoral para impedir a convivência parlamentar com os empresários. (...) Serviram-se da legislação para cercear o seu acesso ao fórum de pactos e acordos: o Congresso”.*<sup>30</sup>

Em termos de sociedade deve-se observar também que, como se caminhava para uma estrutura populacional urbana, existiam outros grupos que formavam um conjunto heterogêneo onde se destacavam as camadas médias urbanas<sup>31</sup> ligadas à atividade industrial, bancária, comercial características das cidades capitalistas, a partir do século XIX<sup>32</sup>; grupos que, não só clamavam por maior participação política, mas também social. Dentre todos esses grupos observa-se o operariado que buscava por melhores condições de trabalho e de vida.

*“Se o sistema político em vigor havia se tornado uma camisa-de-força para as oligarquias dissidentes do esquema dominante, sabidamente comprometido com os interesses dos grandes Estados, com mais razão provocava uma insatisfação generalizada entre os setores populares e as camadas médias urbanas, cujos contingentes numéricos haviam crescido de maneira considerável, ensejando a ampliação de suas demandas coletivas e dos anseios de obter uma influência maior nas decisões políticas tomadas a nível de poder central”*<sup>33</sup>.

Paralelamente ao processo de decadência do sistema político oligárquico conseqüência da sua crise estrutural econômica e até social, o processo de industrialização no Brasil começa um período de crescimento tendo como fator impulsionador a Primeira Guerra Mundial e depois a Segunda Guerra Mundial.

<sup>30</sup> LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O balanço do poder*. Paginação irregular.

<sup>31</sup> PRESTES, Op. cit., p. 37.

<sup>32</sup> ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Paginação irregular.

<sup>33</sup> PRESTES. Op. cit., p. 34.

*“No século XX as duas guerras mundiais vieram dar um grande incremento à indústria brasileira, uma vez que, durante as conflagrações o mercado brasileiro ficou impossibilitado de se abastecer nos velhos países industriais. Por isto, e devido às tarifas protecionistas, a partir da Primeira Grande Guerra continuaram a se desenvolver no país indústrias como a têxtil e se formar outras como a de carnes, em grande parte voltada para a exportação e a metalurgia, localizada em Minas Gerais”<sup>34</sup>.*

Os Estados beneficiados com o surto industrial foram São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco que possuíam as maiores capitais como centros de substituição da importação pela produção brasileira.

Deve-se observar que outros problemas políticos, econômicos, sociais, culturais e estruturais se processavam no contexto do período analisado. Entre vários principalmente a urbanização e o crescimento populacional que acompanhavam a chegada das populações aos centros urbanos em decorrência do êxodo rural.

Como consequência dessa busca pelos centros urbanos em pleno processo de substituição da economia agro-exportadora pela indústria, vê-se na outra ponta do problema, o êxodo rural que, destacadamente, teria forte influência sobre a decadência da oligarquia que ainda centralizava o poder local.

Mesmo dentro de todo esse contexto que envolve relações políticas, econômicas, sociais, a burguesia ainda não se sentia forte o suficiente para se desligar de suas antigas estruturas vinculadas a atividades relacionadas ao latifúndio, apesar do processo de centralização do poder no Brasil, a partir da Revolução de 1930.

*“A burguesia ascensional não tem condições para empreender a tarefa de derrocar a estrutura política velha: está, de um lado, profundamente comprometida com o latifúndio, e, de outro lado, temerosa do proletariado, que começa a crescer e a se organizar e cujas manifestações de crescimento e de organização a assustam”<sup>35</sup>.*

<sup>34</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 94.

<sup>35</sup> SODRÉ. Op. cit., p. 25.

Foi necessário, então, encaminhar o processo para outras mãos, pois “*inaugurava-se uma década de intensa agitação política e grande instabilidade institucional (...)*”<sup>36</sup>. A burguesia industrial tratou de se compor com setores urbanos do tenentismo e das oligarquias dissidentes que lideravam o movimento revolucionário contra a República do café-com-leite.

*“A Revolução de 1930 representou um profundo corte no processo histórico brasileiro. Levada a efeito pelos militares, pela camada média e por alguns setores das oligarquias regionais em dissidência em 1930, conduziu Getúlio Vargas ao poder e rompeu com a estrutura tradicional. Suas origens, entretanto, estão no bojo da crise do capitalismo mercantil”*<sup>37</sup>”.

O fim da República Velha corresponderia ao fim da hegemonia da burguesia do café. No início de sua ascensão, tal burguesia teve como parceiras a hegemonia política e a predominância. A partir dos anos trinta, se verificaria a combinação do fim dessa hegemonia política e a perda gradativa da posição de domínio.<sup>38</sup>

### 3.2 - Estrutura oligárquica nordestina

O ambiente nordestino apresentou, ao longo do tempo, uma estrutura econômica onde sua base estava na atividade agro-exportadora da produção açucareira, dentro de uma mentalidade colonial, inserida no ambiente do litoral e, tendo como parceira, a atividade pecuária, no interior a partir do século XVII.

Atividade inicialmente vinculada ao mercantilismo e, posteriormente, enquadrada no esquema do capitalismo internacional, a economia açucareira influenciou a vida política brasileira em diferentes períodos.<sup>39</sup> Grupos ligados à política formaram, ao longo do tempo, as bases das estruturas políticas locais e passando pelo Império e se

<sup>36</sup> PRESTES. Op. cit., p. 27.

<sup>37</sup> MARIZ. Op. cit., p.27.

<sup>38</sup> FAUSTO, Boris. *Expansão do café e política cafeeira*. In: FAUSTO, Boris. (Org.) História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. p. 248.

<sup>39</sup> Cita-se: período colonial, período imperial e republicano.

consolidando na República Velha, obtendo neste último período maior estabilidade, no poder local, geralmente municipal.<sup>40</sup>

O advento do capitalismo industrial gerou a crise do mercantilismo e do antigo sistema colonial, abrindo caminho para a penetração inglesa no Brasil e para acelerar o processo de independência política no Brasil. Ao mesmo tempo em que acontecia essa penetração inglesa, os investimentos passavam a ser aplicados também na economia algodoeira. Não somente a lã dos carneiros, mas o algodão era matéria-prima para a indústria têxtil inglesa. Nem só de açúcar, tabaco e ouro se constituía a exportação brasileira, mas também do algodão. A produção ocupa uma extensa área territorial, sobretudo no Norte agrário do Brasil (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), ocupando áreas de pecuária que *“proporcionavam uma renda adicional aos fazendeiros de gado.”*<sup>41</sup>

Esse contexto industrial ligado à produção têxtil fez surgir outras atividades em meio ao ambiente açucareiro.

*“Dentre elas se destacaria a cultura do algodoeiro, pois, graças à descoberta da máquina a vapor, o algodão passou a ser largamente consumido na Europa pela florescente indústria de tecidos”.*<sup>42</sup>

Destacadamente o algodão passa a fazer parte das pretensões do capital internacional a partir da Guerra de Secessão (1861-1865), demonstrado com o crescimento da produção nesse período (ver tabela 2), e da incapacidade temporária norte-americana de suprir com tal produto o mercado europeu<sup>43</sup>.

Tabela 2

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, SÉCULO XIX	
ANO	TONELADAS
1848	6.000
1851	13.528
1866	140.000

Fonte<sup>44</sup>

<sup>40</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha*. p. 269.

<sup>41</sup> SILVEIRA. *O regionalismo nordestino*. p. 84.

<sup>42</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. p. 85.

<sup>43</sup> Ibid., p. 85.

<sup>44</sup> SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*. p. 94-95.

Favorecido pela procura do mercado externo e por condições geográficas propícias, a atividade agro-exportadora ligada ao algodão, se sobrepôs numa estrutura fundiária e social, onde as relações de trabalho se flexibilizam – inclusive fazendo surgir novos grupos sociais como os “*brancos do algodão*”<sup>45</sup> – e se configuram no ambiente da propriedade, onde, mesmo o produtor ligado à outra atividade produtiva agro-exportadora, se rende à possibilidade intermediária de lucro gerado pela economia algodoeira no mercado. Nem os senhores de engenhos resistiram aos lucros do algodão:



*“Koster, nas primeiras décadas do século XIX, encontrou até ricos senhores-de-engenho, como o de Cunhaiú, representante de uma das mais nobres estirpes de Pernambuco – a dos Albuquerque Maranhão –, cultivando-o em seus domínios, ao lado da cana-de-açúcar e da pecuária”.*<sup>46</sup>

O algodão, intimamente ligado ao pensamento liberal de produção, com suas novas relações sociais, e como produto de extrema importância para a indústria têxtil europeia, viria a financiar a burguesia agrária nordestina, inclusive a oligarquia agrário-sertaneja do Seridó e Oeste do Rio Grande do Norte.

Na política, o ambiente conturbado envolvido no conflito entre as tendências que buscavam maior liberdade para os Estados através da federação e entre os defensores do processo de centralização republicana, faz surgir a figura do coronel. Tendo seu surgimento baseado nas relações sociais do meio rural, especificamente, relações de *parentela*<sup>47</sup>, tal personagem entende o ambiente “*político apenas como uma extensão destas relações onde o voto é elemento essencial*”.<sup>48</sup> O parentesco e o afilhadismo são elementos fundamentais da formação e manutenção do poder local do coronelismo.

O poder do coronel se impôs no ambiente local, regional e, posteriormente, nacional baseado na idéia de hierarquia ligada ao meio rural, onde o chefe político se sobrepõe ao homem simples, que vê nesse chefe o ícone representativo de todo esse poder. Esse localismo do poder político impõe uma situação onde o que influencia as relações

<sup>45</sup> “Muitos moradores pobres enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente; foram os chamados *brancos do algodão*”. [ANDRADE. Op. cit., p. 85.]

<sup>46</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 85.

<sup>47</sup> “Esta era formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (*compadrio*), ou de aliança (*uniões matrimoniais*). [QUEIROZ. Op. cit., p. 164].

<sup>48</sup> LEAL apud MELLO, p. 78.

coronel-homem simples é a idéia de uma hierarquia territorial constituída num ambiente dominado pela posse da terra onde a submissão do segundo pelo primeiro é legitimada.<sup>49</sup>

É nesse ambiente reconhecidamente de decadência do localismo político<sup>50</sup> que surge o discurso oligárquico no qual a base de todas as explicações para as mazelas que acometem a região nordestina, como a fome, o analfabetismo, as epidemias e, até mesmo, o comportamento rude do homem nordestino é a seca, usada como elemento anulador dos conflitos socioeconômicos e políticos.<sup>51</sup> Através do poder local e regional, as oligarquias se relacionam com o poder central:

*“O Nordeste produtor tenta exercer influencias e capitalizar beneficios do poder central, expressas nas disputas de cargos nos altos escalões da Administração Federal e na necessidade de atenções especiais que a União deverá despender para com a Região”.*<sup>52</sup>

Era importante como satisfação ao Governo Central na busca de recursos mantenedores do sistema oligárquico, expor a idéia de um Nordeste seco e árido, desfecho na realidade de uma tragédia fictícia, fruto da situação de dominação social, política e, obviamente, ideológica, estruturada regionalmente a partir do domínio do latifúndio e legitimada pela intelectualidade da época, a exemplo Euclides da Cunha:

*“Vendo o Nordeste semi-árido como realidade cuja paisagem era moldada pelas secas e pela imprevidência do homem, o autor de Os sertões, conscientemente ou não, iria estimular e emprestar decisivo apoio às classes dominantes, ao Estado e às elites intelectuais, notadamente às da região, no poder ou fora dele, mas sempre ligadas às primeiras. A tarefa não lhe seria difícil. Afinal, com sua sensibilidade e competência para o estudo e a análise dos aspectos físicos e culturais, responsáveis, em grande medida, pela formação da economia sertaneja – a terra, a água e o homem –, Euclides falava para intelectuais,*

<sup>49</sup> CASTRO. Op. cit., p. 304

<sup>50</sup> LEAL. Op. cit., p. 78.

<sup>51</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 23.

<sup>52</sup> TAKEYA, Denise Monteiro, LIMA, Hermano Machado F. *História político-administrativa do RN*. p. 16.

*como ele, ligados por formação mais às ciências naturais do que às sociais, essas últimas muito pouco desenvolvidas na época*".<sup>53</sup>

No meio de todo esse aparato socioeconômico, político e ideológico estava o homem simples, instrumento de dominação, sem poder ativo, passivamente tragado e entregue a propagação de um discurso conservador da elite dominante<sup>54</sup>; propagação esta, feita pelo próprio homem nordestino ou de outras regiões, contendo a idéia de que a região nordestina é inviável, garantindo assim, a perpetuação do poder nas mãos dessa elite regional (nordestina).

Historicamente o que se percebe são relações de poder, onde se vê a formação de grupos sociais garantindo a manutenção do poder nas mãos de uma elite dominante, que tem no suporte agro-exportador ou, posteriormente, industrial o controle da cultura e da economia regionais como sua base para o conservadorismo político.

Sendo assim, o que se sobrepõe para preservação de uma posição social favorável é esse regionalismo político:

*"Numa economia de mercado, de competição historicamente imperfeita, o sistema político é visto como veículo das aspirações e reivindicações regionais. Sob esta ótica, a presença de uma atividade política regional, mesmo fraca é percebida como o único meio capaz de obter decisões favoráveis a grupos sociais localizados em regiões específicas"*.<sup>55</sup>

Foi nesse contexto envolvendo dominação econômica, política, ideológica e também cultural que as elites nordestinas conquistaram o poder e o mantiveram, usufruindo das benesses de uma política pautada pelo coronelismo, no âmbito local, pelas oligarquias, no âmbito regional, e pelos favores federais, no âmbito nacional, até o fim da Republica Velha, quando *"a Revolução de 1930, movimento liderado por homens de classe média e por alguns oligarcas (entre os quais o próprio Getúlio Vargas), abre a crise do*

<sup>53</sup> CARVALHO, Otomar de. *A economia política do Nordeste*. p. 197.

<sup>54</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 50-51.

<sup>55</sup> CASTRO. Op. cit., p. 15-16.

*sistema oligárquico de poder estabelecido desde os primeiros anos da Republica (1889) e consagrado na Constituição liberal de 1891.*<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na politica brasileira*. p.63.

## 4 - OLIGARQUIAS NO RIO GRANDE DO NORTE

*"A desigualdade na apropriação dos meios de produção e nas relações de distribuição constitui em si uma violência aos que foram excluídos da propriedade aos despossuídos, aos expropriados."*<sup>57</sup>

### 4.1- Estrutura oligárquica no Rio Grande do Norte

As oligarquias, no Rio Grande do Norte, como em todo o Brasil da República Velha, possuíam suas bases mantenedoras do poder econômico e, conseqüentemente, político fincadas na atividade agro-exportadora.

Especificamente, no início do processo, foi o coronelismo a base de dominação da elite agrário exportadora, pois as oligarquias só vieram a se fortalecer com a chegada da República em 1889.

Há uma ligação do republicanismo oligárquico com a estrutura coronelística, especificamente, a dos Albuquerque Maranhão, no Rio Grande do Norte.

*"O movimento republicano no Rio Grande do Norte teve como principal liderança Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, membro de uma das mais importantes famílias da província. Antes mesmo da fundação do Partido Republicano norteriograndense (27 de janeiro de 1889), Pedro Velho já assumira a liderança do movimento republicano, constituindo-se numa das principais lideranças oposicionistas da província."*<sup>58</sup>

Iniciada e liderada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que já "no dia 17 de novembro de 1889, (...) assumiu o posto de presidente do Rio Grande do Norte, tendo sido logo substituído por Adolfo Gordo"<sup>59</sup>, a oligarquia de mesmo nome do fundador terá grande participação política, econômica e social no Estado.

<sup>57</sup> MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. p. 30.

<sup>58</sup> TRINDADE, ALBUQUERQUE. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 79.

Posteriormente, em 1892, eleito presidente, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão começou a consolidação oligárquica num processo de acesso e manutenção do poder em que o nepotismo político<sup>60</sup> predominou tanto na dominação do poder executivo, como no legislativo.

Esse grupo estadual teve seu poder político também pautado nas velhas práticas oligárquicas, iniciadas a partir do controle local municipal pelas práticas coronelísticas, através do *mandonismo* e *afilhadismo*, entre outras práticas, utilizando o parentesco, como ainda o *voto de cabresto* e o uso da violência contra o eleitor.

Nunes Leal traça assim o perfil do típico coronel, base do poder político e eleitoreiro:

*“Responsável, em grande parte, pelas vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, é freqüentemente acusado de não ter ideal político. Sua mentalidade estreita, confinada ao município, onde os interesses de sua facção se sobrepõem aos da pátria, seu descaso pelas qualidades ou defeitos dos candidatos as eleições estaduais e federais, tudo isso incute no espírito dos derrotados amarga descrença nas possibilidades do regime democrático em nosso país”.*<sup>61</sup>

O grupo Albuquerque Maranhão possuía como centro de sua atividade mantenedora o açúcar, obtido a partir da cultura processada no litoral oriental do Estado. Nesse aspecto, essa oligarquia que esteve à frente do Estado durante 28 anos (de 1890 a 1918), procurou em todo esse tempo implantar um sistema de beneficiamento do açúcar, como parte do projeto de sua manutenção econômica e de reestruturação da produção desse produto que se deparava com uma crise desde o século XIX

*“Decorrente de dois fatores básicos: um deles diz respeito à dificuldade de obtenção de mão-de-obra, decorrente da extinção do tráfico e da concorrência da lavoura do café em expansão (majorando o preço do escravo) da posterior abolição da escravatura; o outro diz respeito a concorrência,*

<sup>60</sup> Ibid., p. 87.

<sup>61</sup> LEAL. Op. cit., p. 58.

*no mercado internacional, representada pelo açúcar, obtido da beterraba e da cana*".<sup>62</sup>

Paralelamente, no sertão do Seridó norteriograndense, se processava a formação da oligarquia Bezerra de Medeiros, baseada na produção de algodão, alavancada com o surto algodoeiro que vinha desde o século XIX, resultante da queda da produção cotonificia norte-americana, que não conseguia mais suprir o mercado europeu em expansão devido à Guerra de Secessão (1861-1865).

Aliados, no primeiro momento da república, do grupo vigente, a oligarquia liderada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, numa parceria que começava na parcial ligação econômica com o beneficiamento do primeiro pelo segundo, dono do poder naquele momento, *"foram os coronéis do Seridó que sustentaram a reação ao continuísmo da oligarquia Maranhão em 1913/1914 (...)"*.<sup>63</sup>

Nessa oligarquia o ícone inicial foi o senador José Bernardo de Medeiros, chefe político respaldado pelo poder local seridoense que participou do início da formação dos poderes político, econômico e social dos coronéis do Seridó que *"mais tarde, em 1923/24, deram respaldo à ascensão de José Augusto e Juvenal Lamartine, num processo onde "os conflitos que marcaram essas mudanças opunham a 'política do agreste' (chefias políticas mais vinculadas aos interesses do açúcar) à política do Seridó (chefias políticas ligadas aos interesses do algodão)"*.<sup>64</sup>

Tanto a oligarquia Albuquerque Maranhão como a oligarquia Bezerra de Medeiros guiavam sua forma de agir, tanto na política como, principalmente, na organização econômica por duas tendências básicas:

*"A primeira é representada por uma série de medidas visando a superação da crise da produção açucareira e que se orientam para o problema do êxodo da mão-de-obra – problema que afetava também a lavoura algodoeira –, para a questão do financiamento direto e incentivo à produção e para a necessidade de desenvolver-se a infra-estrutura da comercialização do açúcar; a segunda tendência básica da*

<sup>62</sup> TAKEYA, LIMA. Op. cit., p. 18.

<sup>63</sup> SPINELLI. Op. cit., p. 19.

<sup>64</sup> Ibid., p. 19.

*política agrícola do período manifesta-se numa preocupação oficial constante com a fiscalização e cobrança da taxa de exportação do algodão”.*<sup>65</sup>

Numa breve análise da política do Rio Grande do Norte nos primeiros momentos da república, o que se observa é o domínio do poder local concentrado na oligarquia dos Albuquerque Maranhão baseada no nepotismo, gerado pela economia do açúcar, algodão e sal sem lugar para a concorrência do liberalismo econômico.<sup>66</sup>

A base oligárquica dos Albuquerque Maranhão estava fincada no aspecto econômico citado e em acordos políticos a nível federal e estadual, parte do pacto da *política dos governadores*, onde o Estado era dependente do Governo Federal política e economicamente.<sup>67</sup>

#### 4.2 - Transferência do poder oligárquico no Rio Grande do Norte

Esse aparato de controle oligárquico dos Albuquerque Maranhão começou a decair a partir da segunda década do século XX. Talvez a insistência em beneficiar a cultura açucareira com instituições de crédito estatal e a própria criação do Banco de Natal que, segundo *“Tavares de Lyra, ‘dois anos depois de sua fundação’”*<sup>68</sup> tinha na prosperidade um fato incontestável. Havia contribuído para tal decadência a idéia geral dessa oligarquia que insistia em resistir aos novos rumos da economia mundial pautados no viés do capitalismo liberal. Talvez, também, ainda no viés do capitalismo liberal, tenha sido fruto da mentalidade do oligarca ligado a produção açucareira, mentalidade mais de proprietário de terras que de industrial, que considera sempre como símbolo de progresso, de prosperidade em seus negócios, aglutinar mais terras em torno de si.<sup>69</sup>

O correto é observar que diretamente ligada ao poder econômico a oligarquia sem tal poder perde também o poder político. Talvez o que explique tal relação esteja na base do poder social – o poder do homem sobre o homem – onde, quase sempre, são utilizados os poderes político, econômico e ideológico.

<sup>65</sup> TAKEYA, LIMA. Op. cit., p. 19.

<sup>66</sup> MARIZ. Op. cit., p. 46.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> TAKEYA, LIMA. Op. cit., p. 19.

<sup>69</sup> ANDRADE. Op. cit., p. 53.

É importante verificar dentro de todo esse contexto que, no poder oligárquico, há uma total exclusão da participação da população rural, base também desse processo, que, manipulada, assiste de mãos atadas junto com os demais setores sociais as trocas de poderes:

*“Quem fazia a política eram as oligarquias e seus representantes. Da mesma forma que no período imperial, as lutas políticas davam-se a nível da classe dominante, sem que os demais setores sociais tivessem condições de influir de maneira significativa nas decisões tomadas no seio dos grupos restritos das elites que governavam o país tanto regional quanto nacionalmente”.*<sup>70</sup>

Apesar de resistir a uma possível saída do poder, a oligarquia Albuquerque Maranhão já não encontrava respaldo na anterior coesão com outros grupos dominantes, principalmente com a oligarquia Bezerra de Medeiros. Era talvez um sinal dos novos tempos que traziam o liberalismo econômico como pauta principal e caracterizava a oligarquia açucareira como ultrapassada, ou talvez o fim do mecanismo da Política dos Governadores:

*“Tornara-se evidente que os mecanismos de poder baseados na combinação do federalismo da Constituição de 1891 com a ‘política dos governadores’ – que atendia aos interesses das oligarquias regionais – haviam deixado de funcionar a contento, revelando que não mais correspondiam às exigências do próprio desenvolvimento capitalista. Passara a ser uma necessidade histórica a realização de mudanças superestruturais no sistema de dominação republicano, que entrara em contradição com as transformações havidas na estrutura sócio-econômica do país”.*<sup>71</sup>

<sup>70</sup> PRESTES. Op. cit., p. 24-25.

<sup>71</sup> Ibid.

O Rio Grande do Norte deveria também se enquadrar no sistema de mudança oligárquica pedida pelo capitalismo e pelas novas relações econômicas que se sobrepunham às antigas relações econômicas e políticas como modelo político para o país.

Todo o processo de mudança nas diretrizes do poder oligárquico no Rio Grande do Norte chega a seu ápice na década de 20 quando o novo comando político liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, ligado ao cultivo do algodão, chega ao poder. Deste modo a oligarquia Albuquerque Maranhão finda sendo substituída pela oligarquia Bezerra de Medeiros mais afinada com o capitalismo.

Esse quadro de troca oligárquica no Rio Grande do Norte compõe a idéia de substituição histórica de uma oligarquia por outra, em que o bloco histórico tradicional é substituído pelo bloco histórico moderno. *"Portanto, a ideologia regionalista não resulta de uma crise orgânica, no sentido de ruptura de bloco histórico, mas resulta de uma crise interna ao bloco, em um processo de rearranjo em sua composição."*<sup>72</sup>

O processo de modernização *"politicamente concretizada pela interiorização da ordem legal nos espaços dominiais"*, implica na própria troca da ordem espacial. Dessa maneira medidas que pudessem alterar esse processo de transformação do espaço *"enredam a classe dominante regional em uma armadilha que a joga no futuro, mas em um futuro sobre cujo desenrolar não exerce o controle principal."*<sup>73</sup> É esse capitalismo que recompõe o espaço regional, apesar da luta da elite vigente.

O que se verifica é que, além da troca política no Estado entre as oligarquias Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros, também houve a troca das diretrizes na política agrícola. Passou a valer uma política agrícola voltada para o sertão e tendo como principal produto beneficiado o algodão<sup>74</sup> em substituição a anterior política agrária do açúcar e do sal.

Fruto do surto algodoeiro, a troca de liderança oligárquica no estado do Rio Grande do Norte levou ao poder o seridoense bacharel em Direito José Augusto Bezerra de Medeiros, neto e herdeiro político do coronel José Bernardo de Medeiros. Economicamente houvera a substituição do grupo conservador ligado ao açúcar e sal pelo grupo algodoeiro de propostas adequadas às necessidades do capitalismo internacional.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> SILVEIRA, Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. p. 231.

<sup>73</sup> Ibid., p. 232.

<sup>74</sup> TAKEYA, LIMA. Op. cit., p. 77.

<sup>75</sup> MARIZ. Op. cit., p. 48-49.

A partir de 1924, com os governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e, em 1928, com o governo de Juvenal Lamartine o que se viu foi uma política de reorientação agrária pautada na valorização do algodão, relacionando integração nacional com desenvolvimento regional.<sup>76</sup>

#### 4.3 - O fim do ciclo oligárquico da República Velha no Rio Grande do Norte

No Brasil, porém, o momento era de crise oligárquica no final dos anos vinte que começou no nível estadual antes de se verificar no nível econômico. A incapacidade oligárquica de abrir o Estado aos novos rumos da economia demonstrava, apesar do bom período econômico do governo de Washington Luís, o quanto era necessário mudanças políticas e, principalmente, a luta das classes médias por essas mudanças políticas.<sup>77</sup>

Economicamente, o período é de concorrência e o velho sistema oligárquico fincado na defesa constante do produto da monocultura agro-exportadora vê a iminência do fim desse sistema.

*“A hegemonia dos grupos políticos oligárquicos, alcançada através de um processo relativamente curto – a federação republicana –”<sup>78</sup> ajustada aos desmandos dos chefes oligarcas, que alijava o poder dos militares antioligarcas e era “favorável aos acordos de cúpula da política das elites dominantes”<sup>79</sup> é paulatinamente sufocada.*

O sistema oligárquico provavelmente foi o próprio responsável direto pelo seu processo destrutivo. Ao minar as esperanças na República com sua política continuísta e de legalidade conservadora tal sistema acabou por gerar a resistência dos segmentos médios e populares que, embora incondicionados de remover a imobilidade oligárquica e fazer a mudança adequando o sistema político ao sistema econômico, exigia tais mudanças.

O retrocesso oligárquico começava no próprio ambiente interno das oligarquias com a necessidade de substituição das oligarquias não adaptadas ao capitalismo industrial e da insatisfação militar de não participação do poder político. Serão os militares a realizar o processo de troca com a Revolução de 1930.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> BORIS, Fausto. *A Revolução de 1930*. p. 93.

<sup>78</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. p. 87.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Ibid., p. 88.



A riqueza dos Estados nordestinos e dos outros Estados do Brasil fincada no controle da agro-exportação e que resumia a *“República de conveniências do jogo do poder das oligarquias”* começa a ceder espaço para as idéias de centralismo do poder federal. O próprio ambiente político forçou a necessidade de modernização do poder político e de uma saída para a centralização desse poder.

Suas bases legitimadas através de eleições pautadas na irregularidade eleitoral fator de *“perpetuação das elites políticas locais”* e a própria desigualdade do exercício do poder dentro do ambiente interno oligárquico onde o controle do Partido Republicano garantia a legitimação do poder já não garantiam esse poder ligado a diretrizes econômicas *“onde as relações de produção já obedecem a mecanismos mais complexos”*.<sup>81</sup>

O relacionamento com o governo caminhava para a quebra do acordo oligárquico. O que se via era uma insatisfação regional com relação ao trato governamental com relação à agricultura do Norte. *“A classe dominante regional percebe, com os brios feridos, uma situação de mudança no relacionamento com o governo”*.<sup>82</sup> Com clara insatisfação *“não quer favores. Mas os quer, porque a situação se agrava”*.<sup>83</sup>

A substituição do sistema oligárquico participa de um processo histórico contínuo. Assim a Revolução centralizadora de 1930 terá papel fundamental:

*“Há um lugar a partir do qual deve-se ler a história – este é o passado memorizado como domínio das oligarquias – e a partir daí, a revolução da história se dá através da idéia-chave de revolução de trinta. Estabelecem-se as oposições entre o ante e o pós-revolucionário e a revolução cria um sujeito capaz de ‘caminhar pelos seus próprios passos’, isto é, a Nação. Com isso, o passado memorizado como domínio das oligarquias defini-se pela ausência da Nação que dorme sob ‘o canto de sereias dos reguletes’ e o seu despertar é datado por uma revolução: trinta”*.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> Ibid., p. 89.

<sup>82</sup> SILVEIRA. Op. cit., p. 204.

<sup>83</sup> Ibid., p. 204.

<sup>84</sup> CARONE. Op. cit., 73.

Pautada no centralismo político, no autoritarismo e na repressão à oposição, a oligarquia Bezerra de Medeiros não resistiu à essa onda revolucionária de 1930 que varreu as oligarquias que centravam sua atuação econômica na monocultura agro-exportadora nacional, seja do café, em São Paulo e Minas Gerais, seja do algodão, no Rio Grande do Norte e outros estados.

*“A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café (...). O episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.”<sup>85</sup>*

Na realidade o quadro de troca trazido pela Revolução de 1930, encerrada em outubro do mesmo ano, representou a quebra de um quadro político *“que vinha se desagregando progressivamente (...) Seu estudo induz a apreciar a conjuntura da década de 1920, especialmente no que tange às suas contradições internas”*.<sup>86</sup>

O fim do poder oligárquico no Rio Grande do Norte também foi fruto de um processo que já se processava na Primeira Guerra Mundial com seus efeitos que em nada pareciam alterar o quadro vigente, *“mas que com as dissensões políticas no âmbito da federação fizeram surgir iniciativas reveladoras da necessidade de ajustamento desse sistema”*<sup>87</sup> a nova linha do capital internacional.

Em outubro de 1930 quando o último governador da oligarquia agrário-sertaneja do Seridó do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, temeroso buscou asilo político na França<sup>88</sup> o que se processou foi o fim de um ciclo oligárquico no Estado característico da realidade da troca oligárquica que começou no âmbito nacional com a substituição da *“política do café-com-leite”* e de todo o seu aparato mantenedor baseado no controle do voto, no controle das leis, no controle das oposições nacionais e regionais, no *“voto de cabresto”*, na política de beneficiamento do café entre outros com o agravamento das tensões no decorrer da década de vinte.

<sup>85</sup> FAUSTO. Op. cit., p. 112-114.

<sup>86</sup> PENNA. Op. cit., p. 161.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> MARIZ. Op. cit., p. 60.

Abriu-se “*uma espécie de vázio de poder de força do colapso político da burguesia (agrária)*”<sup>89</sup> e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso (foi)<sup>90</sup> a resposta para esta situação”.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Grifo do autor.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> FAUSTO. Op. cit., p. 112-114.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema oligárquico no Brasil demorou três décadas para ser desmantelado. Seus intrincados meios de manutenção do poder garantiram ao longo de todo esse período a hegemonia política, econômico, social e cultural no país desde o mais local dos poderes até o poder federal.

Seguido de perto pelo coronelismo com seu sistema baseado na parentela, no afilhadismo, no mandonismo e no controle do poder local municipal, estadual e até regional, o sistema oligárquico garantiu seu poder usando de todas essas características coronelísticas, do controle das leis, do controle do *voto de cabresto*, das oposições através da *Comissão verificadora de Poderes* e, principalmente, através da troca de favores com o Governo Federal realizadas pelo mecanismo da *Política dos Governadores*.

No Brasil o símbolo do poder oligárquico se processou no sistema da política do *café-com-leite* onde os grupos oligárquicos basearam a manutenção da hegemonia política nacional no setor econômico, tendo no café seu produto de sustentação.

No Nordeste o discurso da seca, o controle político desde o poder local até o poder regional através das práticas oligárquicas de manutenção do poder acima citadas, a monocultura agro-exportadora de produtos como o açúcar e o algodão e o comércio de outros produtos como o sal garantiram a manutenção de oligarquias tradicionais e, posteriormente, modernas vinculadas as novas ondas capitalistas.

No Rio Grande do Norte dois grupos oligárquicos se revezaram no poder até a crise oligárquica e a centralização política trazida pela Revolução de 1930. Eram elas a oligarquia ligada a produção açucareira e salineira dos Albuquerque Maranhão representada pelo “coronel oligarca” Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e por toda sua parentela que se revezaram num processo contínuo de nepotismo dentro das diretrizes do Estado e a oligarquia burguesa agrário-sertaneja do algodão representada pela família Bezerra de Medeiros que teve como grandes ícones na troca do poder oligárquico no Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine.

Dentro de um processo explicado ao longo do nosso trabalho tentamos mostrar parte do aparato oligárquico estadual, municipal e nacional que começou a decair no final da década de 1920 com a crise do sistema capitalista baseado na atividade monocultora agro-exportadora e a substituição desse “*bloco histórico tradicional pelo bloco*

*histórico moderno*” dentro de um processo contínuo de mutação do capitalismo que se adapta as necessidades capitais do mundo ao longo da história desse mesmo sistema baseado no capital e no acúmulo de capital e que ignora os meios para isso.

Situamos nosso trabalho em três pontos para nos nortearmos na tentativa de explicarmos os motivos que levaram a tal crise oligárquica. Em primeiro lugar, tentamos conceituar, mostrar e analisar parte do aparato oligárquico de manutenção do poder político, econômico e social baseado nos velhos mecanismos de controle eleitoral, de produção agrícola, de representação do poder, do controle do poder local ao nacional, do controle das leis entre outros meios e de como, devido em grande parte as próprias mutações do capitalismo, tais mecanismo começaram a parar de funcionar paulatinamente.

Em segundo lugar tentamos mostrar a estrutura oligárquica regional nordestina e a crise dentro do sistema de controle de poder das oligarquias conservadoras com a substituição paulatina a nível nacional da oligarquia do café-com-leite pelos novos grupos ligados ao capital industrial e no nível estadual com a substituição da oligarquia conservadora do açúcar e do sal – oligarquia Albuquerque Maranhão – pela nova oligarquia algodoeira – Bezerra de Medeiros – vinculada ao capital internacional e que, desde o surto do algodão a partir da Guerra de Secessão Americana em 1861-1865, se configurou como grande força oligárquica. Por último, tentamos mostrar o processo final da saída da oligarquia Bezerra de Medeiros do poder estadual.

Ao longo de toda nossa pesquisa, dado a grande quantidade de bibliografia existente sobre o tema, procuramos traçar uma análise de uma pequena parte desta bibliografia como proposta primordial do nosso trabalho. Portanto o nosso trabalho trata-se quase que exclusivamente de uma análise bibliográfica.

Levantados todos os pontos a cerca de nossa pesquisa fica claro que o tema necessita de novas e mais profundas interpretações. Novas monografias que aprofundem a pesquisa nessa área buscando novos caminhos interpretativos e novas visões acerca desse tema, pois a bibliografia nacional, regional e estadual está longe de ser exaurida.

Nessa perspectiva, o presente trabalho terá atingido seu objetivo se conseguiu despertar no leitor curiosidades acerca do tema e se vir a contribuir como meio de pesquisa para estudos posteriores.

O que fizemos nesse trabalho, foi propor a todos novos caminhos que levem a análise e interpretação das oligarquias nacionais, regionais e estaduais e de seus

mecanismos de manutenção do poder. Desta maneira, fica a sugestão de um caminho a ser seguido. Trilha-lo ou não, constituirá uma tarefa de cada um que aceitar o desafio.

## 6 - BIBLIOGRAFIA

### 6.1 - FONTES

- CENSO Geral do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). [online]. Disponível na Internet: <http://www.ibge.gov.br.html>
- SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*. Natal: Clima, 1994.
- SOUZA, Herbert de. A miséria do capitalismo global. *Folha de São Paulo*, 8/10/1996.
- PARALAMAS DO SUCESSO. "Luís Inácio: 300 picaretas".

### 6.2 - BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 4. ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros Vãos, 2).
- CARONE, Edgar. *A república velha: I instituições e classes sociais (1889-1930)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.
- CARVALHO, Otomar de. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus/ABID, 1988.
- CASTRO, Iná Elias de. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DUBY, Georges et ali. *História e nova história*. Lisboa: Editorial Teorema, [1986]. (Estudos Gerais, 3).
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

- FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. Bertrand Brasil, 1990.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de (org). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo – IUPERJ, 1990.
- MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1990.
- MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte: Império e República (1822-1934)*. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.
- MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. Brasília: Horizonte, 1980.
- MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *A república brasileira*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALVADOR Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1982.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- SILVEIRA, Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A coluna Prestes*. São Paulo: Círculo do livro, 1968.
- SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*. Natal: EDFRN/Ed. UFRN, 1996.
- TAKEYA, Denise Monteiro, LIMA, Hermano Machado F. *História político-administrativa do RN: 1882-1930*. Natal: UFRN, 1987.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra, Albuquerque, José Geraldo de. *Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.



# ANEXOS

ANEXO 1

PRESIDENTES DA POLÍTICA DO CAFÉ-COM-LEITE

Prudente de Moraes	15/11/1894 – 15/11/1898	Fazendeiro paulista
Campos Sales	15/11/1898 – 15/11/1902	Fazendeiro paulista
Rodrigues Alves	15/11/1902 – 15/11/1906	Fazendeiro paulista
Afonso Pena	15/11/1906 – 14/06/1909	Mineiro apoiado por fazendeiros e exportadores de café
Venceslau Brás	15/11/1914 – 15/11/1918	Mineiro apoiado pelos cafeicultores
Delfim Moreira	15/11/1918 – 28/07/1919	Como vice-presidente, substituiu Rodrigues Alves, que não pode assumir por estar muito doente, morrido logo após a posse. Delfim Moreira era mineiro; governou até a eleição do novo presidente.
Artur Bernardes	15/11/1922 – 15/11/1926	Fazendeiro mineiro
Washington Luís	15/11/1926 – 24/10/1930	Fluminense que fez carreira política em São Paulo

## ANEXO 2

*“Eles ficaram ofendidos com a afirmação  
que reflete na verdade o sentimento da nação  
É lobby, conchavo, é propina e jetom  
Variações do mesmo tema sem sair do tom  
Brasília é uma ilha, eu falo porque eu sei  
Uma cidade que fabrica suas próprias leis(...)  
Parabéns, coronéis, vocês venceram outra vez  
O congresso continua a serviço de vocês  
Papai, quando eu crescer, eu quero ser anão  
Pra roubar, renunciar, voltar na próxima eleição”*